

As Instituições Públicas como Fomentadoras da Cultura do Empreendedorismo e da Inovação no Triângulo Mineiro

Lumara Aparecida Alves Silva, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil¹

Almir Custódio da Silva Júnior, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil²

Fernanda Pereira da Silva, Universidade Federal de Catalão, Brasil³

Edson Arlindo Silva, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil⁴

RESUMO

Para compreender a atuação de instituições públicas em contextos regionais específicos e analisar suas intervenções em prol do fomento de atividades voltadas ao empreendedorismo e à inovação, buscou-se verificar como as instituições públicas da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, por meio de dados e informações divulgados por órgãos oficiais sobre os municípios (Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba e Santa Vitória) investigados, tem contribuído coletivamente para se criar e sustentar uma cultura regional com características empreendedoras e inovadoras. Nesse sentido a discussão principal em torno da presente pesquisa se delineou em teorias e modelos da administração (pública e privada) e a atuação efetiva das instituições públicas na região. Neste caso, a pesquisa empreendida é de perfil descritivo-exploratória, na qual os dados e as informações levantados demonstram como as instituições públicas presentes nestes municípios têm atuado coletivamente no fomento de ações empreendedoras e de inovação em prol do desenvolvimento socioeconômico regional. As instituições públicas da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro foram investigadas a partir de dois momentos complementares, a saber: primeiro por meio de dados fornecidos pelas prefeituras e órgãos oficiais, e em um segundo momento pela comparação dos dados e informações levantados com os fatores condicionantes do Componente Institucional do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG). Conclusivamente, o estudo do perfil institucional no Triângulo Mineiro revelou potencialidades e/ou vulnerabilidades que cada município possui para atender às demandas coletivas e se desenvolver de maneira sustentada. Porém, destaca-se que, apesar do potencial econômico, a região enfrenta desigualdades sociais e econômicas. Municípios como Ituiutaba e Santa Vitória têm programas de incentivo, incluindo benefícios fiscais e estruturas de apoio a startups. Gurinhatã promove o desenvolvimento rural e capacitação. Capinópolis, Ipiacu e Cachoeira

¹ Graduanda do 7º período do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal de Ituiutaba-MG; e-mail: lumara.alves@ufu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5261436510797385>.

² Graduando do 7º período do Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal de Ituiutaba-MG; e-mail: almir.silva@ufu.com.br.

³ Psicóloga e Mestre em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Catalão, UFCAT; e-mail: fernandapereiradasilva@ufcat.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3774390068735938>.

⁴ Pós-Doutor e Doutor em Administração. Professor do PPGGO-UFCAT e da FACES/UFU. Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal de Ituiutaba-MG; UFU; e-mail: edsonasilva@ufu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8965-100X>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2119731279726612>.

Dourada apresentam desafios e iniciativas incipientes. As ações visam melhorar a economia local e reduzir as desigualdades, com foco em setores como agronegócio e serviços.

Palavras-Chave: Instituições Públicas; Empreendedorismo; Inovação; Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade civil brasileira viveu momentos significativos na luta contra o Regime Governamental da Ditadura Militar (1964-1986), em busca de uma ordem política democrática, tendo como principal conquista a Constituição Federal de 1988 – denominada “Constituição Cidadã”, na qual foram garantidos muitos direitos e introduzidas inúmeras transformações na estrutura político-administrativa e social do Brasil.

Diante desse novo cenário que emergia, os municípios passaram a assumir uma maior autonomia e responsabilidade na provisão de bens e serviços públicos. Por serem os menores entes federativos, há uma maior aproximação com a realidade local, assim, quando atuam de forma efetiva os municípios podem contribuir na formulação de políticas públicas que melhor atendem aos interesses específicos de sua população.

Segundo Blumm e Souza (1998) esse fato se justifica tendo em vista que “cada município é único, dada à complexa combinação de fatores sociais, demográficos, políticos e econômicos presentes em cada um”. Partindo do pressuposto de que em um Estado descentralizado é fundamental a presença de canais efetivos de participação, a Constituição Federal de 1988 regulamentou no país a participação social e/ou popular como processo político.

Nesse contexto de mudanças e avanços significativos foram criados vários mecanismos de controle, fiscalização e transparência com o objetivo de propiciar à sociedade civil acesso ao governo e participação nas tomadas de decisões sobre diferentes problemas públicos e coletivos. O surgimento de novos canais de comunicação entre a Sociedade Civil e o Estado passou a constituir um instrumento fundamental da gestão pública, evidenciando aspectos da dinâmica política democrática (MARTINS, 2010).

É nesse contexto que surgem mecanismos diversos como Plano Diretor, Orçamento Participativo, Conselhos Gestores de Políticas Públicas, Conferências Temáticas, Audiências Públicas, Planejamento Participativo, Zoneamentos, dentre outros que buscam aproximar governantes dos governados. Estes mecanismos de participação popular e social foram legitimados no Brasil no momento da promulgação da Constituição Federal de 1988, juntamente com outros mecanismos de participação, fiscalização e controle social, possibilitando uma mudança na governança pública com potencialidades para viabilizar a

democracia de maneira representativa, direta e dialógica/deliberativa (HABERMAS, 1995; DAHL, 1998; AVRITZER, 2010; BOBBIO, 2015).

Disseminados por todo país, estes mecanismos constitucionais representam uma das principais experiências de participação social e popular na realidade democrática brasileira e uma promessa para resgatar a política, o engajamento cívico e tomar decisões coletivas com responsabilidade, incorporando as opiniões da cidadania e promovendo soluções mais justas. Os pressupostos básicos contidos nas leis que os institucionalizam, permitem dizer que se trata de um espaço de participação social e popular em que os afetados pelas políticas e decisões por parte dos atores públicos são convidados a apontar os seus problemas e contribuir coletivamente para a busca de soluções, o que está muito associado aos pressupostos do modelo de governança de democracia deliberativa (HABERMAS, 1995).

Embora esses espaços apresentem um avanço para a democracia, pesquisas apontam (BRESSER-PEREIRA, 2009; AVRITZER, 2010; MARTINS, 2010; BAGGIO; BAGGIO, 2014) para as limitações enfrentadas como a falta de capacitação dos seus membros, assimetria informacional, ingerência por parte dos gestores públicos e muitas outras limitações que colocam em risco um espaço democrático que representa uma conquista de toda sociedade brasileira.

Considerando a complexidade das decisões tomadas no âmbito das políticas públicas e a importância destas institucionalidades para a gestão pública, esse trabalho desenvolvido no âmbito microrregional estabelece como objetivo seminal analisar criticamente a atuação de instituições públicas e seus processos decisórios sob a ótica dos princípios de participação e de deliberação, levando em consideração dados do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais.

As políticas públicas têm a premissa de organizar estratégias de governança que permitam o desenvolvimento econômico e social, com a formulação de planos, programas, projetos, sistema de informação e pesquisas de monitoramento e avaliação (SARAVIA, 2006). Ao compreender que o Estado delinea e propõe diretrizes que regulamentam a conduta social e econômica, observa-se que no que se refere ao empreendedorismo e inovação as políticas públicas brasileiras são relativamente recentes.

Abrão e Hahn (2023) salientam que o Brasil ainda tem muito a se desenvolver para se consolidar internacionalmente como um país inovador, visto a atuação tardia do governo nesse seguimento, sendo a primeira iniciativa de política pública para incentivo da inovação e o empreendedorismo realizada em dezembro de 2004, com a promulgação da Lei de Inovação nº

10.973. A partir desse marco iniciou-se a criação de medidas de apoio à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em território nacional.

Para Baggio e Baggio (2014) incorporar nos valores da sociedade a cultura de práticas de empreendedorismo e inovação é essencial para o desenvolvimento econômico de um país. Os autores ressaltam a tese de Hisrich e Peter (2004) de que o papel do empreendedorismo está para além do aumento da produção e da renda, engloba iniciar e constituir mudanças na estrutura de negócios e na sociedade.

Dessa maneira estimular a cultura empreendedorismo inovador impulsiona cidadãos e cidadãos a transformar seus contextos sociais e econômicos (BAGGIO; BAGGIO, 2014). Portanto a formulação de políticas públicas para o fortalecimento desse setor é imprescindível para o desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva a pesquisa intitulada “Avaliação da Atuação das Instituições Públicas na Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro”, desenvolvido na Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal de Ituiutaba e financiada pela FAPEMIG, apresenta como objetivos descrever e avaliar a atuação de instituições públicas da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro para impulsionamento de ações de inovação e empreendedorismo, a partir de dados divulgados por órgãos oficiais dos municípios que compõe esse território, os quais são: Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacaçu, Ituiutaba e Santa Vitória.

Os objetivos específicos buscaram compreender a atuação das instituições públicas por meio do atendimento das necessidades e demandas da população local/regional, comparar a atuação das instituições públicas pesquisadas com os fatores condicionantes presentes no Componente Institucional do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais e caracterizar as instituições públicas da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro a partir de dados e informações fornecidos pelo governo estadual e órgãos oficiais.

2. INSTITUIÇÕES, MODERNIDADE E A SOCIEDADE CIVIL

A sociedade moderna é marcada pela presença de instituições que buscam atender às demandas, necessidades e interesses individuais e coletivos. Estas por sua vez podem ser caracterizadas como instituições formais e informais. Em relação às instituições formais existem duas dimensões importantes: privada e pública. As instituições privadas e públicas atuam nas mais diversas esferas – econômica, política, cultural, social, etc. – sendo úteis e necessárias à vida em sociedade. Essas instituições ainda são compostas por símbolos, cenários

e protocolos que fornecem “lentes” de interpretação, afetam a identidade, a imagem de si, bem como as preferências que guiam as ações humanas (BRESSER-PEREIRA, 2009).

As instituições são produtos de pressões sociais, valorizadas pelos seus membros e pelo ambiente, presentes na vida do homem na maior parte do tempo. Elas existem porque são mais eficientes do que indivíduos agindo independentemente. Através delas o Estado cumpre seu papel de provedor e regulamentador.

Para Selznick (1971), considerado um dos fundadores da chamada Teoria Institucional, existe distinção entre “organização” e “instituição”. Para este autor há diferença analítica entre “organização” e “instituição”. Para o autor, a “organização” é um instrumento técnico para a mobilização das energias humanas, visando uma finalidade já estabelecida. Salienta que a “organização” se refere a um instrumento precível e racional, projetado para executar um serviço e/ou produto. Já a “instituição”, é definida por Selznick (1971) “como produto natural das pressões e necessidades sociais, sendo um organismo adaptável e receptivo”, assumindo assim caráter específico, valiosa em si, independente dos produtos e/ou serviços que ofereça (SELZNICK, 1971).

Adicionalmente, Théret (2003) apresenta dois conceitos de instituição, baseados nos estudos de Hall & Taylor (1996), um com “enfoque de cálculo” e outro com “enfoque cultural”. Sob o prisma do enfoque de cálculo, presente no Teoria Institucional ou “Institucionalismo da Escolha Racional”, as instituições têm sobre o comportamento do indivíduo o efeito de reduzir a incerteza em relação de como será a ação dos outros. Na base do “Institucionalismo Sociológico”, o enfoque cultural diz que as instituições corresponderiam aos planos morais e cognitivos de referência sobre os quais são baseadas a interpretação da ação.

Nesse contexto, o trabalho que ora é apresentado, buscou realizar pesquisa a respeito da atuação das instituições públicas da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro para compreender como as instituições públicas desta região fomentam o Empreendedorismo e a Inovação em seus domínios territoriais. Para dar conta desta investigação adotou-se o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG) que determina os fatores condicionantes do Potencial Institucional da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro (Componente Institucional).

3. PERFIL INSTITUCIONAL SOB A ÓTICA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (ZEE-MG)

O ZEE consiste em um macro diagnóstico do Estado de Minas Gerais, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), com participação de todas as Secretarias de Estado de Minas, de outras entidades e da sociedade civil. O trabalho desenvolvido no âmbito do Convênio de Cooperação Administrativa, Técnica, Científica, Financeira e Operacional, firmado entre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e a Universidade Federal de Lavras, através da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão, contou ainda com a parceria da Fundação João Pinheiro para a sua execução, tendo como objetivo geral contribuir para a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais. Essas ações do ZEE buscam orientar os investimentos do Governo e da sociedade civil segundo as demandas regionais (ZEE-MG, 2012).

O diagnóstico apresenta a Carta de Potencialidade Social, que é definida como o conjunto de condições atuais, medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável (ZEE-MG, 2012).

Dentre as potencialidades sociais diagnosticadas, este trabalho recorreu ao banco de dados relacionado à “Potencialidade Institucional”, que representa a capacidade institucional dos municípios de atender aos cidadãos em suas demandas e necessidades básicas, sejam de caráter social, ecológico, econômico, político ou cultural.

A Potencialidade Institucional, ou simplesmente Componente Institucional, é constituída por um conjunto de fatores condicionantes, formando-se uma estrutura metodológica de potencialidade social para diagnosticar a realidade dos municípios, com base em indicadores que podem refletir a real situação de um determinado município e/ou instituições, como observado no Quadro 1.

Quadro 1

Estrutura metodológica do índice de Potencialidade Social dos Municípios Mineiros - Potencial Institucional

POTENCIALIDADE/ COMPONENTE	FATORES CONDICIONANTES	INDICADORES
INSTITUCIONAL	1. Capacidade institucional	1.1. Gestão Municipal
		1.2. Gestão do Desenvolvimento Rural
		1.3. Gestão Ambiental Municipal
		1.4. Gestão Cultural
	2. Organizações jurídicas	2.1. Sedes de Comarcas, Justiça Trabalhista e Federal
	3. Organizações financeiras	3.1. Instituições Financeiras (existência de bancos, cooperativas de crédito e micro finanças)

4. Organizações de fiscalização e controle	4.1. Organizações de Fiscalização e de Controle
5. Organizações de ensino e de pesquisa	5.1. Instituições de Ensino Profissionalizante 5.2. Instituições Pesquisa e Pós-Graduação
6. Organizações de segurança pública	6.1. Unidades de Defesa Social 6.2. Capacidade de Aplicação da Lei

Fonte: ZEE-MG, 2012.

Os elementos apresentados na Quadro 1, que expressam cenários e realidades das regiões diagnosticadas, serviram para verificar a atuação de instituições públicas presentes na microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro e compará-las aos resultados diagnosticados pelo Componente Institucional do ZEE, que podem ser acessados no endereço eletrônico www.zee.mg.gov.br/ferramenta.html.

As definições de cada um dos Fatores Condicionantes do Componente Institucional são apresentados a seguir, no Quadro 2.

Quadro 2

Definição dos Fatores Condicionantes do Componente Institucional do ZEE-MG

FATORES CONDICIONANTES	DEFINIÇÃO
1. Capacidade institucional	Existência de pré-condições mínimas de natureza fiscal, administrativa e programática, que são essenciais para que uma administração municipal venha a ter sucesso, podendo a presença de um conjunto de procedimentos operacionais e de instrumentos de intervenção garantir a efetividade de uma concepção articulada de desenvolvimento sustentável.
2. Organizações jurídicas	A existência de organizações jurídicas descentralizadas evidencia a preparação do Estado para lidar, no plano local, com ações de proteção legal e social da população dos municípios. Entende-se, dessa forma, que municípios que têm maior número de instituições estão mais bem equipados juridicamente para atender às demandas de seus municípios.
3. Organizações financeiras	As organizações financeiras formam as estruturas operacionais que oferecem serviços de apoio às decisões tomadas pelos agentes econômicos em investimentos produtivos, bem como às expectativas de desenvolvimento regional socioeconômico e cultural. Também são importantes por facilitarem todos os tipos de transações financeiras, tanto para pessoas físicas como jurídicas.
4. Organizações de fiscalização e controle	Esse fator busca avaliar os municípios quanto à sua capacidade de fiscalizar e controlar as atividades que são desenvolvidas tanto pelos agentes públicos como pelos privados. A fiscalização exercida pelos órgãos federais e estaduais tem sua importância ligada à igualdade de tratamento que deve ser dada a todos os indivíduos, visto que todos têm que cumprir as mesmas leis e regulamentos.
5. Organizações de ensino e de pesquisa	Entende-se que a presença dessas instituições de ensino em um município pode melhorar a qualificação da mão-de-obra, além de poder suprir tecnologicamente as organizações, remodelando processos produtivos e elevando os níveis de

competitividade da indústria local. As instituições de pesquisa são também responsáveis por parte considerável da pesquisa nacional.

6. Organizações de segurança pública	Fator de grande repercussão na qualidade de vida da população, por se relacionar a duas questões fundamentais: a vida, importante para qualquer sociedade, e a propriedade e o patrimônio, importante para todas as sociedades capitalistas. É fundamental que a administração pública seja preparada e estruturada para acompanhar as demandas por segurança.
--------------------------------------	--

Fonte: Adaptado de ZEE-MG, 2012.

Os indicadores de cada fator condicionante deveriam refletir a atuação de instituições públicas nas regiões de Planejamento Estratégico do Estado de Minas Gerais, o que inclui a mesorregião do Triângulo Mineiro e suas microrregiões, entre elas a do Pontal do Triângulo Mineiro.

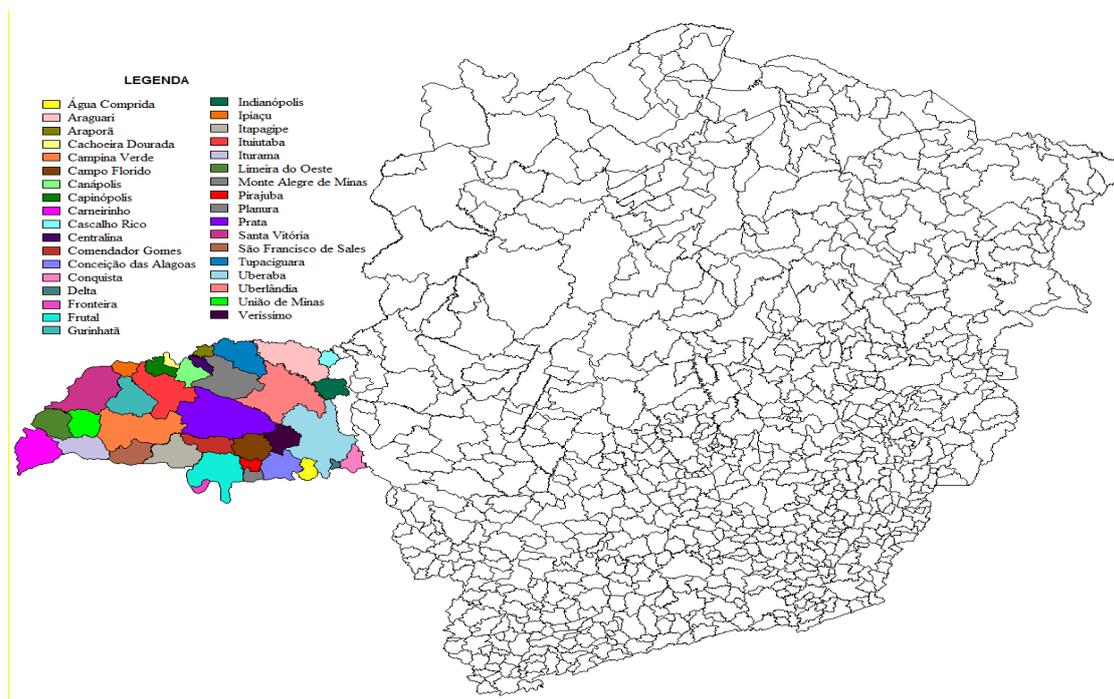
4. PERCURSO METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritivo-exploratória, na qual os dados e informações foram levantados de análises de cada município investigado. Os resultados encontrados buscam caracterizar as instituições públicas do Pontal do Triângulo Mineiro, a partir de dados fornecidos pelas prefeituras e órgãos oficiais, e na sequência compará-los com os fatores condicionantes do Componente Institucional do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG).

Nesse contexto, a Mesorregião do Triângulo Mineiro está localizada a oeste do estado de Minas Gerais e é uma das dez macrorregiões de planejamento estratégico do estado. O Triângulo Mineiro é composto por quatro microrregiões, sendo elas, Ituiutaba, Uberlândia, Uberaba e Frutal e 35 municípios, sendo eles Água Comprida, Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada de Minas, Campina Verde, Campo Florido, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacu, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Pirajuba, Planura, Prata, Santa Vitória, São Francisco de Sales, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo (IBGE, 2022).

Figura 1

Macrorregião do Triângulo Mineiro



Fonte: IBGE (2022).

Para atender aos objetivos almejados neste estudo, a presente pesquisa foi delimitada à Microrregião de Ituiutaba, denominada Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro composta por 6 municípios (Ituiutaba, Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Gurinhata, Ipiacu e Santa Vitória).

Quanto aos fins, a pesquisa pode ser classificada como descritivo-exploratória, pois tem como objetivo primordial levantar dados e informações a respeito da atuação de instituições públicas. Gil (2002) ressalta que uma das características mais significativas deste tipo de pesquisa está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados e informações. Ainda segundo Gil (2002, p. 41), a pesquisa descritivo-exploratória “têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado”.

Quanto aos meios, tratou-se de um levantamento, com interrogação direta às instituições públicas cuja atuação se deseja conhecer. Procedeu-se à solicitação de informações e dados a um grupo significativo de instituições acerca do problema/oportunidade a ser estudado para em seguida, mediante análise quantitativa (estatística descritiva) feita por meio da utilização do

Software NVivo, obter as conclusões correspondentes aos dados e informações coletados (GIL, 2002).

O delineamento foi por pesquisa bibliográfica e documental. Bibliográfica utilizando-se de análise de material já elaborado, cientificamente reconhecido, constituído por dados de pesquisas consolidadas sobre a temática proposta, publicado em periódicos nacionais e internacionais, livros, dissertações, teses, revistas científicas especializadas, sites oficiais, dentre outras fontes relacionadas ao tema proposto. Para Marconi (2008), a Pesquisa Bibliográfica deve ser compreendida como um procedimento metodológico que se apresenta ao investigador como uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa de origem teórica (ensaio teórico) ou teórico-empírica. Vergara (2015), ao se referir a Pesquisa Bibliográfica mostra a sua relevância na construção do desenho metodológico e a seleção de estratégias e procedimentos de pesquisa, no sentido de melhor estruturar a apresentação, sistematização e análise crítica das informações obtidas sobre determinada temática.

De acordo com Vieira e Zouain (2006), a Técnica de Análise Documental é constituída pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Segundo Bardin (2011), o desenvolvimento das técnicas documentais tem se mantido relativamente discreto no campo científico. A mesma autora define a Técnica de Análise Documental como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” (BARDIN, 2011, p. 51).

Em síntese, essa técnica permite que um documento primário se transforme em um documento secundário. A pesquisa documental se assemelha à bibliográfica, entretanto, enquanto na bibliográfica a fonte principal de análise são os livros, artigos científicos e materiais impressos/digitalizados, na pesquisa documental as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Marconi (2008) explica que a análise documental compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim.

Os dados e informações primários são levantados a partir de dois procedimentos de pesquisa usualmente praticados no âmbito das ciências sociais aplicadas, a saber: Visitas Técnicas e Observação Não Participante. A coleta de informações e dados foi feita por intermédio de visitas técnicas às prefeituras e secretarias dos seis municípios pertencentes à Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, o que possibilita dirimir dúvidas e garantir um índice elevado de levantamento de dados e informações feitos *in loco*.

Para Lima (2010), as Visitas Técnicas são frequentemente realizadas por diversas instituições de educação profissional, técnica e tecnológica espalhadas por todo o Brasil. Seus procedimentos essenciais consistem na elaboração de um roteiro básico direcionado para a investigação de questões importantes relacionadas ao fenômeno a ser estudado; reprodução fiel do espaço observado transformando-o em documentos válidos para fins de consultas imediatas ou pesquisas futuras; favorece a transformação de vivências práticas em conhecimentos teórico-científicos fundamentais tanto para a academia quanto para as empresas/instituições.

Já a observação não-participante, de acordo com Vergara (2015) consistiu no momento em que o pesquisador, apesar de estar presente no ambiente, não interage com o meio ou fenômeno pesquisado, sendo um “espectador atento”, de forma que o pesquisador deve registrar o que é interessante para a pesquisa, de acordo com os objetivos propostos da pesquisa (VERGARA, 2015).

Os dados secundários quantitativos e qualitativos foram selecionados a partir da necessidade de compreender o contexto microrregional, o histórico de intervenções governamentais, implementação de políticas públicas, existência de Parcerias Público-Privado (PPP) e as características das instituições públicas locais e regional.

5. DESENVOLVIMENTO REGIONAL E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO TRIÂNGULO MINEIRO

Estudar as Instituições Públicas no âmbito da Administração Pública torna-se relevante porque são estas instituições que atendem as demandas e necessidades de uma determinada população. Para a grande área de conhecimento científico intitulada “ciências sociais aplicadas” este projeto poderá revelar dados e informações que possam contribuir para o aperfeiçoamento da Gestão Pública, Cidadania e Democracia. Pode ainda contribuir na formulação de políticas públicas e tomada de decisões governamentais gerando bem estar social e inovações diversas para o aperfeiçoamento da dinâmica econômica da sociedade.

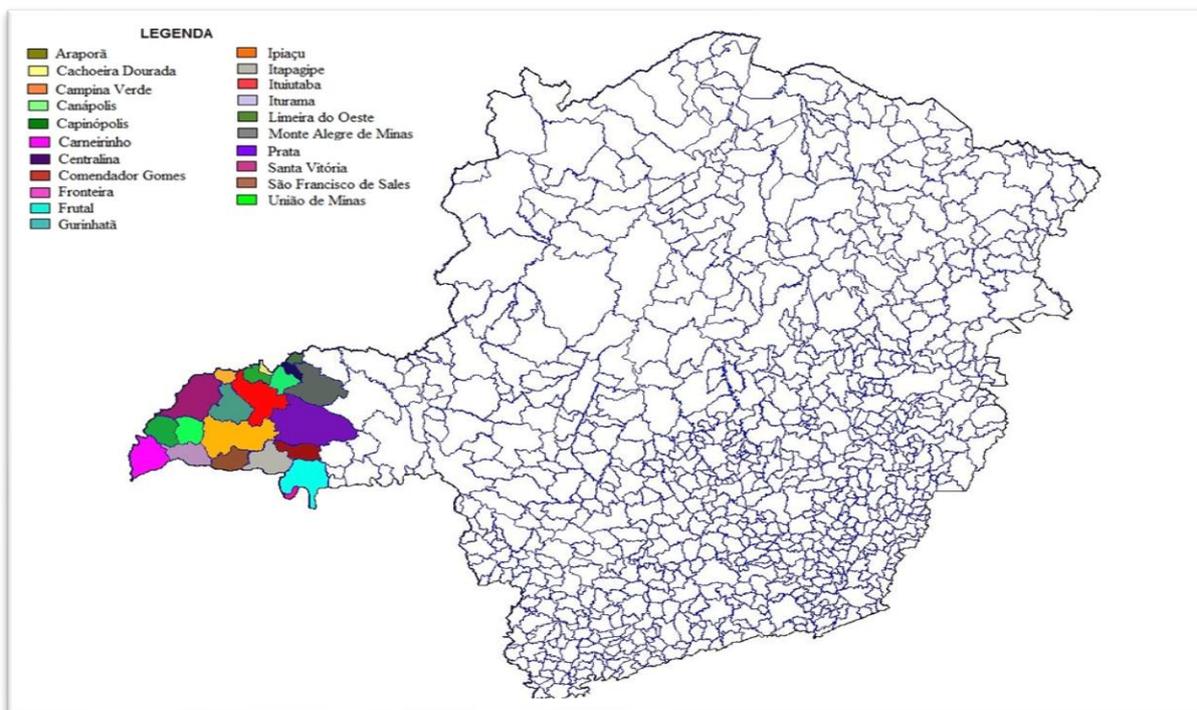
A área de delimitação da presente pesquisa foi a microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, tendo como polo central de pesquisa científica a Universidade Federal de Uberlândia – Campus Pontal, situada na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

A região do Pontal Mineiro, tendo seu traçado em formato de uma ponta delimitada entre as BRs 153, 364 e 365, é composta pelos seguintes municípios: Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Carneirinho, Centralina, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Gurinhatã, Ipiacu, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Limeira do Oeste, Monte

Alegre de Minas, Prata, Santa Vitória, São Francisco de Sales e União de Minas, conforme apresentado na Figura 2 (IBGE, 2022).

Figura 2

Municípios da Região do Pontal Mineiro



Fonte: IBGE, 2022.

Nesta região e municípios são considerados como potenciais parceiros as organizações públicas (Municipal, Estadual e Federal) e privadas (Indústrias, Usinas, Empresas Urbanas, Agroindústrias e Associações Formais) presentes nos municípios da chamada região do Pontal do Mineiro (IBGE, 2020).

Os resultados desse trabalho poderão servir para nortear o arranjo de estratégias de intervenção empresarial e a formulação de políticas públicas regionais de inovação no sentido de assessorar e prestar consultorias especializadas em empreendimentos consolidados e/ou que atuam em Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Nesse sentido, ao realizar positivamente seus papéis e suas funções, as Instituições Públicas passam a ser vistas (impactos) como uma forma de articulação política local e/ou regional, incluindo acordos firmados entre municípios, para a realização de objetivos de interesse comum, por meio de obras, atividades e prestação de serviços comuns na região onde os municípios encontram-se situados.

Sua existência, além de ampliar a capacidade de atendimento aos cidadãos e de resolução dos problemas sem prejuízo de sua autonomia, aumenta o poder de diálogo das prefeituras com os governos estadual e federal, bem como o povo em geral, e cria instâncias de expressão regional no tratamento de problemas locais e regionais.

Ao situar pontualmente o tema proposto neste projeto na área científica de Administração, Subárea "Administração Pública", acredita-se que a investigação científica em torno dos papéis e funções exercidos por Instituições Públicas na Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, carente de estudos nesta temática, tem revelado um conjunto de evidências empíricas e aperfeiçoamentos teóricos em um momento em que o Brasil perpassa por uma gravíssima crise institucional, principalmente nas esferas do Executivo e do Judiciário.

Os possíveis impactos almejados no desenvolvimento desta pesquisa são: Fomentar a participação efetiva da população em discussões que definam os rumos de sua cidade/região; O estudo do perfil institucional do município pode contribuir para evidenciar as potencialidades e as vulnerabilidades local e regional com vistas a melhor formulação de políticas públicas.

Nesse contexto de mudanças e aperfeiçoamentos reforça-se a hipótese de que a ausência de instituições públicas no município ou região pode comprometer a promoção da qualidade de vida e atração de investimentos significativos para a população.

O trabalho de fiscalização e de acompanhamento do poder público encontra atualmente muitos obstáculos se a Prefeitura, o Governo do Estado ou o Governo Federal não reconhecerem o papel e as atribuições dos Mecanismos de Fiscalização e Controle Social no tocante às políticas públicas e tomadas de decisões governamentais, e de fato fazerem parte deles.

As evidências de pesquisas realizadas/coordenadas por mim até então apontam a necessidade de maior aproximação e articulação entre Instituições Públicas e Sociedade Civil, para uma participação mais efetiva e maior consolidação da democracia, formando uma sociedade autônoma, com foco em interesses coletivos.

O governo precisa aprender a gerenciar e compartilhar o poder, promovendo o apreço pela cidadania e participação e a Sociedade Civil precisa se articular e avançar no controle social sobre suas atividades, de forma a atuar no espaço público local/regional e alcançar os resultados dessa atuação, deixando de lado a ideia de que o Estado é o único provedor das necessidades e demandas da sociedade.

6. CONCLUSÃO

A sociedade moderna é marcada pela presença de instituições que buscam atender às demandas, às necessidades e aos interesses individuais e coletivos. As instituições privadas e públicas atuam nas mais diversas esferas – econômica, política, cultural, social, entre outras –, sendo úteis e necessárias à vida em sociedade.

A complexa função estatal de coordenar as ações para a realização de direitos dos cidadãos tem como instrumento principal as políticas públicas, e estas, por sua vez, são viabilizadas pelas instituições públicas e por entidades da administração pública indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista), bem como demais órgãos e entidades da administração direta dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios).

O estudo do perfil institucional dos municípios da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro mostrou a potencialidade que a cidade de Ituiutaba-MG (considerado município polo da microrregião pesquisada) tem para atender as demandas coletivas e se desenvolver.

Seu complexo institucional é favorável ao desenvolvimento local e regional, e este município polo dispõe de considerável número de instituições públicas em seu território, que podem contribuir para a articulação entre o poder público e as entidades representativas da sociedade civil organizada.

Ao mesmo tempo, a pesquisa reforça a hipótese de que a ausência de instituições públicas nos municípios pesquisados pode comprometer a promoção da qualidade de vida do cidadão e da cidadã, como no caso das áreas da segurança pública e da saúde, motivos de preocupação dos cidadãos e das cidadãs da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro.

Todavia, somente a simples presença da instituição no município não garante o bom funcionamento, o que pode ser percebido pela fragilidade das organizações da sociedade civil, tanto do ponto de vista político e financeiro quanto do apoio dos próprios munícipes.

A comparação entre os resultados da pesquisa de campo e os fatores condicionantes presentes no componente institucional do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG) mostrou relativa similaridade entre os dados secundários e àquilo que foi revelado na presente pesquisa, apontando a legitimidade dos instrumentos adotados.

Em relação à investigação do nível de participação da sociedade civil no cenário institucional público da microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro, a pesquisa apontou a relevância de aprofundamento nesse estudo, tendo em vista os inúmeros canais de participação criados nos municípios nas últimas décadas, a dificuldade na ascensão da participação popular e a pressão do Estado em estreitar essa relação.

A despeito da existência de canais democráticos de participação, os dados da pesquisa apontam para uma precariedade do exercício da cidadania na maior parte dos municípios pesquisados e uma pseudoparticipação, como visto no plano diretor e nos conselhos gestores como exemplos, sugerindo a ausência de uma cultura participativa, condição para a consolidação de práticas democráticas.

As evidências da pesquisa realizada apontam a necessidade de maior aproximação e articulação entre instituições públicas e sociedade civil para uma participação mais efetiva e maior consolidação da democracia, formando uma sociedade autônoma, com foco em interesses coletivos.

O governo municipal precisa aprender a gerenciar e compartilhar o poder, promovendo o apreço pela cidadania e participação, e a sociedade civil precisa se articular e avançar no controle social sobre suas atividades, de forma a atuar no espaço público local e alcançar os resultados desta atuação, deixando de lado a ideia de que o Estado é o único provedor das necessidades da sociedade.

No que diz respeito às formas de gestão, foi possível constatar o mesmo desafio enfrentado por muitos municípios brasileiros de consolidar as práticas de administração pública participativa. Nesse sentido, constatou-se que a gestão municipal é marcada pela herança burocrática patrimonialista, transitando entre a força de uma administração centralizadora e a tentativa de efetivação de um modelo que enfatize a participação da sociedade civil nas decisões e políticas públicas da Microrregião do Pontal do Triângulo Mineiro.

REFERÊNCIAS

- Avelar, L., & Cintra, A. O. (2007). Participação política. In _____ (Org.), *Sistema político brasileiro: uma introdução* (pp. 223-237). São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.
- Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Revista Opinião Pública*, 14(1), 43-64.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bresser-Pereira, L. C. (2009). *Construindo o Estado Republicano: democracia e reforma da gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV.

- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Primeiros resultados - Leite*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21121-primeiros-resultados-2leite.html?=&t=resultados>. Acesso em: 11 abril. 2022.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo: Estudos e Pesquisas: Informação Econômica*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9209-pesquisa-trimestral-do-leite.html>. Acesso em: 24 jul. 2022.
- Marconi, M. A. (2008). *Técnicas de pesquisa* (7ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2009). *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Matias-Pereira, J. (2010). *Governança no setor público*. São Paulo: Atlas.
- Moreira, S. V. (2009). *Análise documental como método e como técnica*. São Paulo: Atlas.
- Paula, A. P. P. (2005). Administração pública brasileira: entre o gerencialismo e a gestão social. *Revista de Administração de Empresas*, 45(1), 36-49.
- Pateman, C. (1992). *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Saravia, E. (2006). Introdução à teoria da política pública. In E. Saravia & E. Ferrarezi (Eds.), *Políticas Públicas – Coletânea* (Vol. 2, pp. 21-42). Brasília: ENAP.
- Théret, B. (2003). As instituições entre as estruturas e as ações. *Revista Lua Nova*, 58, 225-254.
- Vergara, S. C. (2015). *Métodos de pesquisa em administração* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais. (2023). Relatórios. Disponível em: <http://www.zee.mg.gov.br/ambiente/relatorio.html>. Acesso em 17 jul. 2023.

Public Institutions as Promoters of the Culture of Entrepreneurship and Innovation in the Triângulo Mineiro

ABSTRACT

To understand the performance of public institutions in specific regional contexts and analyze their interventions in favor of promoting activities aimed at entrepreneurship and innovation, we sought to verify how public institutions in the Microregion of Pontal do Triângulo Mineiro,

through data and information published by official bodies about the municipalities (Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba and Santa Vitória) investigated, has collectively contributed to creating and sustaining a regional culture with entrepreneurial and innovative characteristics. In this sense, the main discussion surrounding this research was outlined in theories and models of administration (public and private) and the effective performance of public institutions in the region. In this case, the research undertaken has a descriptive-exploratory profile, in which the data and information collected demonstrate how public institutions present in these municipalities have acted collectively to promote entrepreneurial and innovation actions in favor of regional socioeconomic development. Public institutions in the Microregion of Pontal do Triângulo Mineiro were investigated from two complementary moments, namely: first through data provided by city halls and official bodies, and in a second moment by comparing the data and information collected with the conditioning factors of the Institutional Component of the Ecological Economic Zoning of the State of Minas Gerais (ZEE-MG). Conclusively, the study of the institutional profile in the Triângulo Mineiro revealed potential and/or vulnerabilities that each municipality has to meet collective demands and develop in a sustainable manner. However, it is noteworthy that, despite its economic potential, the region faces social and economic inequalities. Municipalities such as Ituiutaba and Santa Vitória have incentive programs, including tax benefits and support structures for startups. Gurinhatã promotes rural development and training. Capinópolis, Ipiacu and Cachoeira Dourada present challenges and incipient initiatives. The actions aim to improve the local economy and reduce inequalities, focusing on sectors such as agribusiness and services.

Keywords: Public Institutions; Entrepreneurship; Innovation; Development.

Las instituciones públicas como fomentadoras de la cultura del emprendimiento y la innovación en el Triângulo Mineiro

RESUMEN

Para comprender el papel de las instituciones públicas en contextos regionales específicos y analizar sus intervenciones en favor de la promoción de actividades orientadas al emprendimiento y la innovación, se buscó verificar cómo las instituciones públicas de la Microrregión del Pontal del Triângulo Mineiro, a través de datos e información divulgados por organismos oficiales sobre los municipios (Cachoeira Dourada de Minas, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiacu, Ituiutaba y Santa Vitória) investigados, han contribuido colectivamente a crear y sostener una cultura regional con características emprendedoras e innovadoras. En este sentido, la discusión principal en torno a la presente investigación se delineó en teorías y modelos de la administración (pública y privada) y la actuación efectiva de las instituciones públicas en la región. En este caso, la investigación emprendida es de perfil descriptivo-exploratorio, en la cual los datos y la información recopilados demuestran cómo las instituciones públicas presentes en estos municipios han actuado colectivamente en la promoción de acciones emprendedoras e innovadoras en favor del desarrollo socioeconómico regional. Las instituciones públicas de la Microrregión del Pontal del Triângulo Mineiro fueron investigadas a partir de dos momentos complementarios, a saber: primero, a través de datos proporcionados por las alcaldías y organismos oficiales, y en un segundo momento, mediante la comparación de los datos e información recopilados con los factores condicionantes del Componente Institucional del Zonificación Ecológica Económica del Estado de Minas Gerais (ZEE-MG). Concluyendo, el estudio del perfil institucional en el Triângulo Mineiro reveló potencialidades y/o vulnerabilidades que cada municipio posee para atender las demandas

colectivas y desarrollarse de manera sostenible. Sin embargo, cabe destacar que, a pesar del potencial económico, la región enfrenta desigualdades sociales y económicas. Municipios como Ituiutaba y Santa Vitória tienen programas de incentivo, incluyendo beneficios fiscales y estructuras de apoyo a startups. Gurinhatã promueve el desarrollo rural y la capacitación. Capinópolis, Ipiaçú y Cachoeira Dourada presentan desafíos e iniciativas incipientes. Las acciones están destinadas a mejorar la economía local y reducir las desigualdades, centrándose en sectores como el agronegocio y los servicios.

Palabras clave: Instituciones Públicas; Emprendimiento; Innovación; Desarrollo.